

Maioria das emendas à MP prevê correção salarial

Josemar Gonçalves — 15/10/92

JORNAL DO BRASIL
07 JUL 1995



Coutinho Jorge: Congresso não aprova medida provisória como está

Coutinho Jorge. “Como está redigida, a MP não passa mesmo. Como relator, vou alterar a medida se o governo não fizer isso na reedição. Da forma como está eu não aceito”, ameaçou.

Para o senador, que já anunciou sua intenção de garantir reajustes automáticos para os salários equivalentes a até três mínimos, o governo precisa deixar claro na MP que será permitida a concessão de produtividade em acordo coletivo por categoria profissional e não apenas por empresa.

Produtividade — “É preciso também explicar como será aplicado o conceito de produtividade e do mediador e garantir o repasse da inflação aos salários mais baixos”, cobrou Jorge. Na sua opinião, “o governo afirma uma coisa, mas escreveu outra na medida provisória”. Entre as 81 emendas do PT, estão dois projetos para substituir todo o texto da medida provisória. Um substitutivo foi apresentado pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) e outro por Jair Meneghelli (PT-SP) e sete deputados.

Todas as emendas deverão ser reapresentadas no início do mês que vem, após a reedição da medida provisória pelo presidente. Como o Congresso está em recesso, a comissão mista que analisará a MP só poderia se reunir este mês se fosse feita uma convocação extraordinária.

BRASÍLIA — Mais de 70% das 186 emendas apresentadas no Congresso à Medida Provisória (MP) da Desindexação têm por objetivo garantir algum tipo de reajuste automático aos salários e acabar com as restrições às reivindicações trabalhistas criadas pelo governo. Só o PT apresentou 81 emendas, a maioria alterando o texto da MP relativo ao reajustes salariais e à intervenção do Ministério do Trabalho na negociação, através de um mediador.

Até às 18h de ontem, o PSDB não tinha apresentado qualquer emenda à medida provisória. O PFL, principal partido da bancada parlamentar do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentou até agora apenas três emendas. Entre as emendas pefelistas, uma do deputado Betinho Rosado (PB) retira do texto original da MP a proibição para a concessão de produtividade ou aumento que não sejam negociados por empresa. A proposta coincide com a de vários parlamentares de oposição.

Mudanças — No Palácio do Planalto, o porta-voz Sérgio Amaral informou que a equipe econômica já negocia mudanças na medida provisória com o seu relator, o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). “O Congresso não aprovará a medida provisória como ela está; o governo terá que fazer as modificações ou nós a mudaremos”, disse

AS SUGESTÕES DE EMENDAS

Salário — Grande parte das emendas determina o reajuste imediato, pelo IPC-r acumulado desde a última data-base até junho, dos salários de trabalhadores da iniciativa privada, funcionários públicos civis e militares, e dos benefícios de inativos e pensionistas da União. Prevêem ainda a reposição integral da inflação dos próximos 12 meses em julho de 1996. Algumas emendas devolvem aos contratos coletivos o poder de definir inclusive aumentos reais de salário.

Mediador — O deputado Jair Meneguelli (PT-SP) e o líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ), propõem que o mediador para as negociações salariais não seja obrigatório, mas opcional. O deputado Coriolano Sales (PDT-BA) não segue o líder: mantém a obrigatoriedade do mediador e dá apenas oito dias para que emita seu parecer, com ou sem acordo.

Servidores — Foram apresentadas emendas para assegurar, em janeiro, além da reposição da inflação acumulada aos vencimentos dos servidores públicos, um percentual de aumento equivalente à variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Salário mínimo e aposentadorias — Boa parte

das emendas garante reajuste equivalente à variação acumulada do IPC-r ou INPC em maio para os trabalhadores que ganham salário mínimo e aposentados.

Renda mínima — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou duas emendas incorporando seu projeto de Programa de Garantia de Renda Mínima.

Contratos — Há várias emendas para suprimir da MP os artigos que permitem o uso de índices para a correção de contratos. Alegam os autores que não é justo desindexar apenas os salários e manter a possibilidade de correção dos contratos.

Ufir — O PT propõe correção anual para a Ufir e deixa a critério dos estados, municípios e do Distrito Federal a extinção de suas unidades monetárias.

Casa própria — Há emendas para a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como base para remuneração dos contratos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

TBF — O líder do PPR, deputado Francisco Dornelles (RJ), prefere que a Taxa Básica Financeira (TBF) não seja definida como base para a remuneração de aplicação com mais de 60 dias, mas como referência.